

Eleições ANFIP: o que você precisa saber para votar nos dias 29 e 30/11

Associado, a ANFIP está em processo eleitoral para escolha dos novos integrantes dos Conselhos Executivo e Fiscal da Entidade, para o mandato de 2022 a 2023. **A votação será exclusivamente por meio eletrônico, nos dias 29 e 30 de novembro.**

Para que você saiba tudo sobre as eleições e exerça seu direito de votar, disponibilizamos as orientações a seguir:

Quem são os candidatos? A ANFIP criou uma página na internet sobre as eleições de 2021. No hotsite, estão disponíveis os nomes, as fotos e as propagandas dos integrantes da chapa única ao Conselho Executivo e das nove candidaturas individuais ao Conselho Fiscal. Clique [AQUI](#) para visualizar.

Quem pode votar? Associado ATIVO ou APOSENTADO, que esteja com as mensalidades em dia.

Onde votar? A votação será **exclusivamente pela internet**, no hotsite das eleições (eleicoes.anfip.org.br), clicando no botão **VOTAR**, que estará disponível somente nos dias da votação.

Como votar – Para acessar a área de votação no hotsite (eleicoes.anfip.org.br), o associado precisará informar, primeiramente, seu CPF. Depois disso, será encaminhado para o e-mail e número de celular cadastrados na base de dados da ANFIP um código (token). Será preciso informar esse código na página que vai abrir. Concluída esta etapa, é hora de escolher



os candidatos. Confira [AQUI](#) o passo a passo de como votar.

Atualização de dados – É importante que as informações do associado estejam atualizadas na base de dados da ANFIP, principalmente **número de celular e e-mail**, onde receberá o código para acessar a página de votação. Caso precise atualizar os dados, o prazo é até dia 27/11, às 23h59 (horário de Brasília), para regularizar a situação. Depois desta data, **o banco de dados para o sistema de votação será lacrado e o associado não poderá registrar seu voto.**

Acesse todos os documentos sobre o processo eleitoral no endereço eleicoes.anfip.org.br.

ANFIP oferece plano de saúde com preço diferenciado

Você quer um plano de saúde com **PREÇO DIFERENCIADO** em relação aos concorrentes e **ATENDIMENTO NACIONAL**? A ANFIP tem! Tudo isso com **CARÊNCIA ZERO*** para adesões realizadas até **dia 30/11**.

Os associados que não possuem plano de saúde ou que estão em outros do mercado podem aderir ao novo produto. Os Auditores Fiscais que gostariam de aderir ao plano, mas não são associados, a ANFIP **ESTÁ DE BRAÇOS ABERTOS PARA RECEBÊ-LOS**. Se aderir ao plano no período da campanha, ganha isenção de seis mensalidades associativas.

E tem mais!

– Reajuste de mensalidades em fevereiro de 2023.

– Plano odontológico sem custo de mensalidades.

Aproveite todos esses benefícios e **FAÇA LOGO SUA ADESÃO!** Consulte [AQUI](#) as informações e a tabela de preços, que ganha dos concorrentes! Você também pode entrar em contato pelo 3004-9196.

Conheça na editoria de Benefícios deste informativo as principais diferenças entre os contratos oferecidos pela ANFIP.

** Carência Zero exceto Parto (300 dias) e CPT – Cobertura Parcial Temporária (720 dias). Campanha válida para contratos 6848 (Enfermaria e Apartamento), 8052 (Rede Diferenciada) e 8444 (Enfermaria e Apartamento).*

Live debate perspectivas para o Brasil em 2022

PÁGINAS 2 e 3

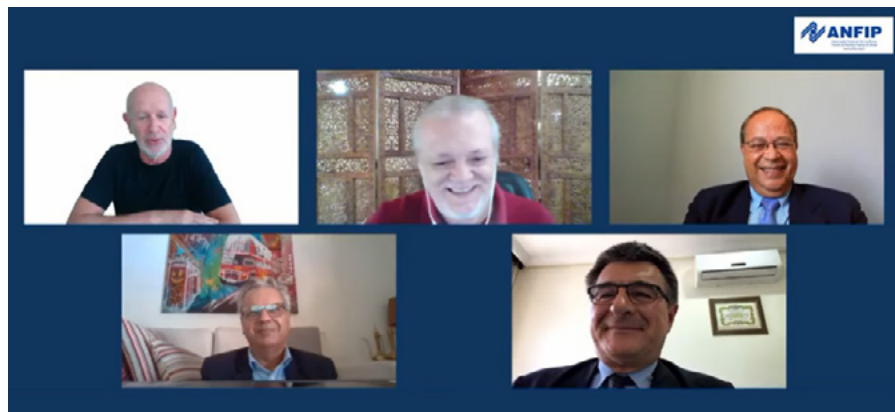
ConsultÁgil: Sistema facilita consulta em ação fiscal

PÁGINA 4

Conheça as diferenças dos planos da Unimed Vitória

PÁGINA 7

Live ANFIP: Última edição do ano analisa perspectivas para 2022



um novo serviço público para o Brasil. Repensar o país parece ser o mote de 2022. E motivos não faltam: eleições para presidência da República, crise energética, preço do combustível, oscilação cambial, instabilidade no mercado de capitais, desemprego e outros. Sei que não nos é dado o dom da vidência, mas como os nossos convidados estão há algum tempo no serviço público fazendo cenários, previsões e cálculos, gostaríamos de, em nome da ANFIP, neste momento de mudança, compartilhar com os nossos internautas as nossas opiniões sobre o ano que está começando a aparecer. Desejo uma excelente live”, disse.

Em sua exposição, Fernando Veiga compartilhou as expectativas para o próximo ano sob as perspectivas conjunturais e estruturais. O consultor afirmou que as margens fiscais serão estreitas e levantou a possibilidade de baixa ou recessão no crescimento, alta na inflação, elevação dos juros e perda de impulso na economia, que impactarão diretamente os investimentos na economia e no consumo.

Veiga, ainda, ressaltou as dificuldades hídras que estão sendo enfrentadas no país e o aumento do preço dos combustíveis derivados do petróleo, bem como os efeitos nas relações externas e nos preços das commodities. “Com essa política de paridade de preços, o que aconteceu foi a introdução de mais um fator de custos adverso e negativo na economia brasileira. Isso tudo alimenta o processo inflacionário, uma política monetária de elevação de juros, encarece o crédito, reduz a renda disponível das famílias e dos demais agentes econômicos, e cria um quadro fiscal ainda mais agravado”, explicou.

[Continua na Próxima Página](#)

A ANFIP realizou, na quinta-feira (25/11), a última live de 2021 da Série Grandes Debates, projeto que começou há dois anos. Desta vez, tratou sobre as “Perspectivas para o Brasil em 2022”. Para analisar o tema, o presidente Décio Bruno Lopes e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, receberam os consultores legislativos do Senado Federal Luiz Alberto dos Santos e Fernando Veiga.

Décio Lopes lembrou que em todo esse período de debates virtuais, a ANFIP conversou com parlamentares, especialistas e com a sociedade civil. “Conversamos com o Brasil que tanto amamos. Em todos esses debates, tivemos a oportunidade de falar sobre questões econômicas, políticas públicas e sociais, Reforma Tributária e Administrativa, Precatórios, Previdência Social e extinção de Fundos existentes”, afirmou.

Para o futuro, o presidente da ANFIP defende o papel e a valorização da administração pública. “Qualquer que seja o próximo governo, qualquer que seja a condução que se der aos negócios do Brasil, há que se confiar em alguma coisa. O que nós precisamos é que o povo brasileiro confie no Estado brasileiro. E para acreditar que o Estado possa atender as

necessidades dos cidadãos, pagadores de tributos, é necessário que se confie também no servidor público, que é aquele que, ao longo dos anos, mesmo com as condições mais precárias de prestação de serviço, estão, realmente, à disposição da população, prestando os serviços públicos que o Estado se propõe”, pontuou.

Décio Lopes criticou ainda a disseminação de uma visão que deteriora o Estado e o servidor público. “O que nós precisamos é de um pacto nacional pela governabilidade. E essa governabilidade passa por um compromisso político amplo, geral e irrestrito quanto à conscientização tributária, ao dever fundamental de pagar tributos. Não é desvalorizando o servidor, as instituições políticas, a máquina arrecadadora e os instrumentos de combate à corrupção, à sonegação e a todas essas mazelas do Estado brasileiro que a gente vai chegar a algum lugar. Todo e qualquer governante tem que valorizar o Brasil. E valorizar o Brasil é valorizar o Estado brasileiro e suas instituições democráticas”.

Márcio Gheller, no mesmo sentido, também falou sobre mudanças sociais e desafios futuros. “Nós estamos diante de muitas mudanças na sociedade, sobretudo na formatação de

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésia Pereira de Freitas
José Arnaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

Sobre os aspectos estruturais, o consultor afirmou que foi aprovada uma reforma previdenciária bastante equivocada e que tende a gerar fortes desequilíbrios; além de uma Reforma Tributária que reforça a desigualdade e desobedece os princípios da capacidade contributiva e da justiça fiscal; uma Reforma Administrativa cujo tratamento fiscal ao serviço público é o pior possível e que não permite avanços ou melhorias no funcionamento interno e na prestação de serviços; e sérios problemas nas finanças públicas, que tornam disfuncionais projetos como o Auxílio Brasil e o pagamento de precatórios. “Você precisa, numa estrutura administrativa, ter responsabilidades muito bem definidas, que precisam ser exercidas de maneira transparente e oficial. Sem isso, cria-se uma despesa grande, importante e necessária do ponto de vista de quem vai receber os recursos, mas que não possui uma fórmula de custeio correta, justa e bem distribuída”, concluiu.

Ao analisar o cenário do país para o próximo ano, o consultor legislativo Luiz Alberto Santos observou que ainda há uma série de incertezas que

dificultam um prognóstico para o futuro. “O fato é que, temos diante de nós um cenário bastante problemático para 2022, trata-se de um ano eleitoral. Como todos nós sabemos, um ano eleitoral costuma ser um ano extremamente desafiador, tanto para quem está no governo e pretende se candidatar à reeleição, quanto para aqueles que pretendem disputar essa eleição”, analisou.

Sobre o teto de gastos, o especialista explicou que, com a Emenda Constitucional 95, que começou a ser implementada a partir de 2017, já era previsto que o Brasil não conseguiria cumprir com os objetivos do desenvolvimento sustentável. “A cada dia temos visto que o fiscalismo, talvez fiscalmente responsável, mas socialmente irresponsável, da EC 95/2016, que estabeleceu um teto de gastos até 2036, acabou se tornando uma grande pedra no sapato até mesmo para governos fiscalistas, a ponto de nós termos que buscar, a todo momento, brechas para não sujeitarmos, para não cumprirmos os regramentos de ‘responsabilidade fiscal’ que aquela Emenda Constitucional estabeleceu”, disse Luiz Alberto.

Outros problemas apontados pelo consultor foram a elevada taxa de desemprego, inflação alta e baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e em 2022. “São grandes desafios para que qualquer governo, para que qualquer candidato, se coloque no pleito eleitoral como capaz de colocar o Brasil no rumo da retomada do desenvolvimento”, ressaltou. Ele também falou sobre renúncias fiscais, orçamento público, gastos sociais, PEC dos Precatórios e Reforma Administrativa. “Do ponto de vista do gasto estrito com pessoal, é um mito, uma mentira dizer que a União gasta exageradamente com servidor público”. E acrescentou que, nos últimos 20 anos, em nenhum momento nesse período, foi ultrapassado 5% do PIB em gastos com pessoal, considerando ativos, inativos, civil e militar. “Para 2021, temos uma previsão de 4,2% do Produto Interno Bruto, apenas com pessoal ativo, inativo, civil e militar. Para 2022, segundo o PLOA enviado ao Congresso, essa proporção deverá cair para menos de 4%, para 3,9%”, informou Luiz Alberto Santos.

Assista [AQUI](#) às palestras completas dos especialistas.

ANFIP Família oferece prestação de serviços advocatícios com descontos

Pensando sempre em proporcionar as melhores vantagens aos associados, a ANFIP lançou um novo benefício: o ANFIP Família. O serviço oferecido pela Entidade, em parceria com o escritório Farág, Ferreira e Vieira Advogadas e Advogados, proporcionará prestação de serviços advocatícios aos associados e seus familiares, com redução dos honorários, cobrando apenas 50% dos valores fixados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A ideia partiu da necessidade de apoiar os associados em momentos difíceis, especialmente naqueles em que há necessidade de auxílio jurídico. Estão incluídas na atuação do convênio as áreas Cível, Familiar, Penal, Tributária, Previdenciária, entre outras.

O escritório tem atuação nacional e conta com sedes físicas em Brasília,



Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo e Santarém. Para utilizar o serviço basta entrar em contato diretamente com o

escritório pelo telefone (61) 3380-1567 ou pelo WhatsApp (61) 99926-9216 e se identificar como associado da ANFIP.

ANFIP define programação de fim de ano



Na segunda-feira (22/11), foi realizada reunião da Comissão Organizadora das programações de Fim de Ano da ANFIP. No encontro, que se deu em formato virtual,

foram planejados os últimos eventos, internos e externos, da Entidade, bem como definidos os detalhes para os rituais de encerramento da atual gestão. O foco da Comissão é promover ainda mais valorização e integração com os associados e colaboradores, e finalizar, com chave de ouro, mais um ano de atividades, união e trabalho.

Participaram da videoconferência o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, juntamente com os vice-presidentes Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Tereza Liduina Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Eucélia Maria Agrizzi Mergar (Assuntos Fiscais), João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação) e Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social); além dos demais colaboradores envolvidos.

ConsultÁgil: Sistema facilita atividade de consulta em ação fiscal

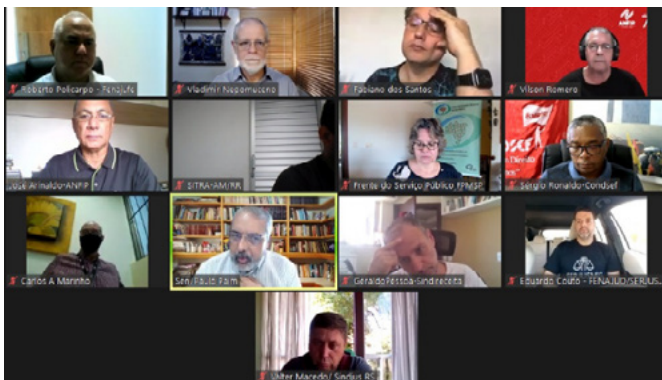
Associado, você conhece o ConsultÁgil? O sistema é uma evolução do antigo Zebrinha, produzido pela ANFIP, para auxiliar o trabalho do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Esse importante instrumento reúne tabelas, trechos da legislação tributária e informações afins, para consulta em ação fiscal.

Os dados e informações são atualizados constantemente e estão disponíveis para acesso on-line no endereço consultagil.anfip.org.br/ (login da página restrita).

O ConsultÁgil leva maior praticidade e facilidade ao dia-a-dia do associado!

Por estar sempre em progresso, a ANFIP e a Fundação ANFIP, parceira na produção desse material, abrem espaço para a colaboração dos Auditores Fiscais, visando sempre o aperfeiçoamento da publicação. As sugestões de inclusões, propostas de modificações e identificação de eventuais imprecisões podem ser encaminhadas para o e-mail consultagil@anfip.org.br.

Senadores defendem alteração da PEC dos Precatórios



As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público se reuniram na segunda-feira (22/11) para avaliar o cenário político dos últimos dias do ano e definir estratégias para o período. Pela ANFIP, estiveram presentes o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, que coordenou o encontro, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Também participaram da reunião os senadores Zenaide Maia (Pros/RN) e Paulo Paim (PT/RS), coordenadores da Frente, que apresentaram a situação da PEC 23/21 (Precatórios) no Senado Federal. Os senadores são contrários à proposta e afirmaram que o texto não será aprovado como está, pois representa o calote no pagamento de dívidas da União e exclui do Auxílio Brasil

mais de 20 milhões de cidadãos de baixa renda que necessitam do benefício. Os parlamentares reforçaram a importância de apresentar emendas alternativas à matéria.

Vilson Romero afirmou que o debate é importante para ouvir as informações da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, que afirma que há outras formas de financiar o Auxílio Brasil. O representante também reforçou a importância da continuidade das mobilizações nas ruas e nas redes sociais contra a PEC 23/21 (Precatórios) e a PEC 32/20 (Reforma Administrativa). “Temos que continuar, no mínimo, até 22 de dezembro, quando está previsto o fim das atividades no Congresso”, alertou.

Acerca da Reforma Administrativa, o consultor político da Frente, Vladimir Nepomuceno, informou que, segundo a última reunião do Colégio de Líderes, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), decidiu não colocar na pauta da semana pois não quer correr o risco de que a matéria não seja aprovada, portanto, não deve votá-la até as eleições de 2022. “Porém temos 4 meses entre as eleições e o fim do atual mandato, nada impede que no período pós-eleição eles votem, pois não terão nada a perder. Precisamos ficar atentos e acompanhar semanalmente as reuniões do Colégio de Líderes”, completou.

As entidades seguem com as ações unificadas e com o diálogo frequente com os parlamentares para impedir os retrocessos que as matérias trarão, caso sejam aprovadas.

Mosap e ANFIP alinham atuação em defesa de aposentados e pensionistas

Na segunda-feira (22/11), o vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, José Avelino da Silva Neto, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, estiveram em reunião com os demais integrantes do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap). O encontro se deu em formato híbrido e foi conduzido pelo presidente do Movimento, Edison Haubert.

Na ocasião, os presentes debateram pautas de interesse dos aposentados e pensionistas, incluindo a tramitação e os efeitos das PECs 32/20 (Reforma Administrativa) e 23/21 (Precatórios); bem como do PL 2337/21 (Reforma do Imposto de Renda) e da MP 1058/21, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência. O grupo também planejou ações unificadas, sobretudo em Brasília, em defesa de toda a categoria.

Vilson Romero contribuiu ativamente para as discussões, contextualizando o cenário sociopolítico atual e mapeando as atividades da semana. O assessor também destacou dados da



última edição do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, que contém importantes análises sobre a conjuntura macrofiscal nacional. O material aborda, por exemplo, a mudança na regra do teto de gastos e o espaço fiscal para 2022 advindo da PEC dos Precatórios, que, segundo o relatório, aumentou o risco fiscal, as taxas de juros e o custo médio da dívida pública no país. A íntegra da publicação pode ser conferida [AQUI](#).

ANFIP reúne-se com entidades do Fórum pela Redução da Desigualdade Social

A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou na terça-feira (23/11) da reunião do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. O encontro foi coordenado pelo conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Wellington Leonardo da Silva, e contou com a presença de diversas lideranças de entidades de classe e movimentos sociais.

Na oportunidade, Vilson Romero reforçou a necessidade de o Fórum manifestar seu posicionamento nos debates acerca da PEC 23/21, dos Precatórios, da qual o governo afirma que o objetivo é financiar o Auxílio Brasil; e da Medida Provisória 1061/2021, que cria o Auxílio Brasil.

Os participantes discutiram ainda ações operacionais e



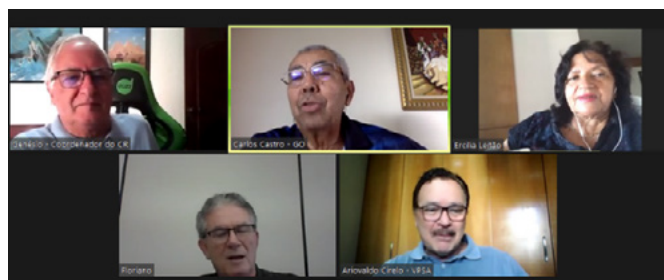
estratégicas de investimento na visibilidade do Fórum com divulgação dos trabalhos, estudos e notas produzidos na imprensa e nas redes sociais.

ANFIP do Futuro analisa projeto de unificação de mensalidades

Os integrantes da Comissão ANFIP do Futuro realizaram reunião virtual, na segunda-feira (22/11), com a consultora atuarial Miki Massui para dar continuidade à análise do projeto piloto de unificação das inscrições e das mensalidades da Entidade.

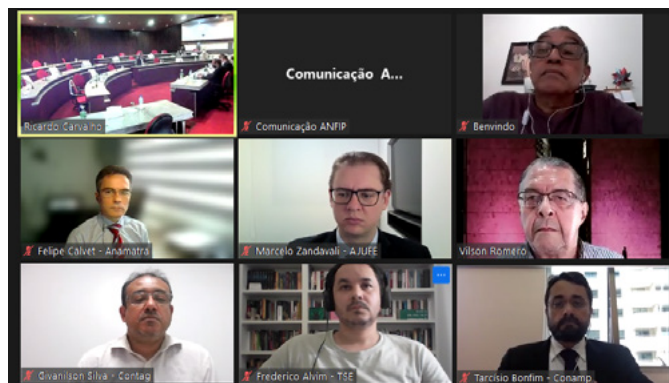
Na oportunidade, foram apresentadas pela consultora a análise dos relatórios da ANFIP e as hipóteses financeiras e atuariais do projeto. Após finalizado, o documento será apresentado para os Conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes.

Estiveram presentes na reunião os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI) e Ariovaldo Cirelo (Serviços



Assistenciais); os presidentes das Estaduais de Goiás, Carlos José de Castro, e de São Paulo, Genésio Denardi (SP); e o vice-presidente da Estadual de Santa Catarina, Floriano José Martins, além da vice-presidente de Relações Públicas da ANFIP-CE, Ercília Leitão Bernardo.

MCCE estreita relação com Tribunal Superior Eleitoral



Na quarta-feira (24/11), o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou da 10ª reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). O encontro se deu em formato híbrido e foi coordenado por Ricardo Carvalho, um dos diretores da entidade.

Na ocasião, foram passados os informes gerais, destacando a participação do Movimento na cerimônia de abertura do Teste Público de Segurança das Eleições (TPS) e nas audiências públicas sobre as resoluções das Eleições de 2022. Além da realização da primeira reunião do OTE (Observatório de Transparência das Eleições), foi anunciada a adesão do MCCE ao Pacto pela Democracia e citado o lançamento da campanha Dia de Doar, que utiliza a doação como instrumento de fortalecimento da democracia.

A reunião contou com a presença de Frederico Alvim, assessor do atual ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin. Em nome do TSE, o assessor transmitiu os cumprimentos e o reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido, e aproveitou a oportunidade para oficializar a ampliação da parceria com o MCCE e com as entidades que o integram, entre elas a ANFIP. “O Tribunal gostaria de contar com o Movimento para unir esforços no sentido de promover a defesa da democracia e o combate à polarização e ao radicalismo

que ameaçam o nosso sistema eleitoral”, disse.

Para que seja possível a realização de eleições “limpas” e “pacíficas” no próximo ano, o TSE ofereceu uma plataforma exclusiva de informação e o compartilhamento das agendas para a promoção de debates sobre o tema. Segundo Frederico, o intuito é garantir, de forma didática, o acesso de todos os cidadãos e cidadãs a informações de qualidade e confiança, tanto no ambiente digital quanto no presencial. Os representantes das entidades concordaram com a parceria e ressaltaram a importância de ampliar e unir ainda mais a rede de atuação em prol, também, da preservação do Estado Democrático de Direito.

Em momento posterior, o grupo debateu sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra as emendas parlamentares e de relator (RP9), associadas ao que ficou conhecido como “orçamento secreto”. Foram levantados os princípios da publicidade, da transparência e da visibilidade, que guiam a atuação da Administração Pública, para justificar o fim e/ou a manutenção da dinâmica de emenda parlamentar. Segundo o grupo, a abertura funciona como uma “moeda de troca” nas eleições, justamente por não possuir controle ou registro adequados.

Para Vilson Romero, a manipulação em torno das emendas ao Orçamento é preocupante e não contribui para a consciência e a qualidade política no país. A exemplo disso, segundo dados apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no julgamento das contas públicas de 2020, houve um aumento expressivo no valor das dotações consignadas (379%) e na quantidade de emendas apresentadas pelo relator do Orçamento (523%).

Diante disso, o assessor sugeriu uma manifestação pública conjunta por parte do MCCE, incluindo um tipo de glossário que esclareceria detalhes sobre a pauta. “Isso é, de fato, moeda eleitoral para consolidar as bases. Precisamos exigir transparência nas RP9 e nas contas públicas, que são negativamente influenciadas a nível nacional, estadual e municipal”, concluiu.

Fonacate rejeita PEC dos Precatórios em nota conjunta com OAB

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, as seccionais da OAB e as demais associações e entidades signatárias deste documento, em defesa da manutenção do Estado Democrático de Direito, da Segurança Jurídica e da estabilidade da economia do país, manifestam-se veementemente contrárias à PEC 23/2021, de autoria do governo federal, aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 09 de novembro de 2021.

A Proposta, em apreciação pelo Senado Federal, a pretexto de abrir espaço fiscal para a ampliação do programa de assistência “Auxílio Brasil” para 2022, vilipendia diversas garantias e direitos fundamentais dos credores ao estabelecer novo calote – já declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Se aprovada, a PEC 23/2021 acarretará, a um só

tempo, grave impacto na economia brasileira, afastamento de investidores, aumento exponencial da dívida pública, instalação da insegurança jurídica, redução do potencial de crescimento econômico e da capacidade de geração de empregos no país.

O urgente e indispensável programa de transferência de renda não pode ser feito sem perspectiva de permanência, nem prejudicando milhões de cidadãos que esperaram por décadas o reconhecimento de seu direito na Justiça.

Apelamos aos senadores que avaliem de forma responsável a Proposta, e evitem o prejuízo a milhões de brasileiros e a grande insegurança jurídica de consequências danosas para nossa já fragilizada economia.

Confira [AQUI](#) a íntegra do documento.

Fonte: OAB Nacional.

Benefícios

Conheça as principais diferenças dos planos da Unimed Vitória/ANFIP

Associado, ainda dá tempo de você fazer a sua **adesão** ao plano de saúde **Unimed Vitória** com **CARÊNCIA ZERO***. O prazo vai até o dia **30/11**. Até lá, conheça mais detalhes dos planos disponíveis para você – Contrato 6848 e Contrato 8444. A ANFIP oferece benefícios com mensalidades acessíveis e preços competitivos. Aproveite!

Contrato 6848

- Enfermaria (quarto coletivo sem direito a acompanhante) e Apartamento (quarto privativo com direito a acompanhante)
- Redução de 5% da mensalidade
- Coparticipação: Suspensa até janeiro de 2023
- Sem reajuste em 2022
- Dependentes: Todos os dependentes seguirão a mesma acomodação do titular
- Consulte [AQUI](#) outras informações.
- Tabela de preços

Tabela Promocional

Plano de saúde UNIMED - ANFIP

ANFIP - ASSOCIADOS ANFIP E DEPENDENTES LEGAIS

Faixa Etária	Enfermaria	Apartamento
00 a 18	R\$ 232,39	R\$ 280,32
19 a 23	R\$ 260,29	R\$ 313,99
24 a 28	R\$ 299,30	R\$ 361,05
29 a 33	R\$ 329,23	R\$ 397,18
34 a 38	R\$ 388,52	R\$ 468,65
39 a 43	R\$ 446,80	R\$ 538,95
44 a 48	R\$ 580,81	R\$ 700,65
49 a 53	R\$ 755,06	R\$ 910,87
54 a 58	R\$ 1.011,79	R\$ 1.220,55
59 ou mais	R\$ 1.386,13	R\$ 1.672,16

Contrato 8444

- Enfermaria e Apartamento
- Coparticipação: a partir da 5ª consulta (inclusive) eletiva ou em pronto-socorro, utilizada dentro do ano contratual, será cobrado dos beneficiários o percentual de 25% do valor do procedimento na Tabela Unimed em consultas, exames eletivos ou em procedimentos ambulatoriais, limitados a R\$ 200,00/mês por beneficiário.
- Sem reajuste em 2022
- Dependentes: Todos os dependentes seguirão a mesma acomodação do titular
- Consulte [AQUI](#) outras informações.
- Tabela de preços

PLANO COLETIVO ADESÃO		
8444 - PREMIUM NACIONAL		
FAIXA ETÁRIA	ENFERMARIA Nº 486.263/12-6	APARTAMENTO Nº 486.267/12-9
00 a 18	R\$ 195,81	R\$ 235,89
19 a 23	R\$ 211,13	R\$ 254,10
24 a 28	R\$ 228,00	R\$ 274,43
29 a 33	R\$ 262,93	R\$ 312,56
34 a 38	R\$ 283,95	R\$ 337,58
39 a 43	R\$ 301,15	R\$ 361,66
44 a 48	R\$ 479,84	R\$ 578,09
49 a 53	R\$ 500,47	R\$ 602,95
54 a 58	R\$ 521,05	R\$ 627,78
Acima 59	R\$ 1.085,13	R\$ 1.242,42
PRÓXIMO REAJUSTE	FEVEREIRO/2022	

A Benevix respondeu dúvidas de associados sobre os planos de saúde, confira [AQUI](#) e [AQUI](#) as informações prestadas.

* Carência Zero exceto Parto (300 dias) e CPT – Cobertura Parcial Temporária (720 dias). Campanha válida para contratos 6848 (Enfermaria e Apartamento), 8052 (Rede Diferenciada) e 8444 (Enfermaria e Apartamento).

Aproveite as ofertas da Black Friday do seu Clube de Vantagens

A plataforma de benefícios exclusiva dos associados da ANFIP também está participando da Black Friday. São várias lojas com promoções especiais. Não perca essa chance de comprar com economia!

Acesse o site anfip.temvantagens.com.br e veja todas as ofertas.

100% de desconto* na primeira mensalidade + **promoção do site**

10% de desconto* na sua viagem

Adesão zero + uma diária cortesia + uma mensalidade grátis*

CONFIRA MAIS OFERTAS >>>

Ganhe 10% de desconto no serviço de decoração Meu Ambiente + **5% de desconto da parceria***

Medicamentos a partir de **30% de desconto**, rações e acessórios a partir de **20% de desconto + 10% da parceria***

Seleção de produtos com **até 70% de desconto + 15% da parceria***

5% de desconto* cumulativo com outras promoções

Leve 4 e pague 2 em seleção de produtos!

Produtos selecionados com **descontos de até 20% + Bermudas por R\$ 69,99***

Saiba como acessar o seu cartão SUS

O Cartão Nacional de Saúde – CNS é o documento de identificação do usuário do SUS (Sistema Único de Saúde). As operadoras de planos de saúde, como é o caso da Benevix, solicitam o cartão SUS para autorizarem novas adesões.

Caso ainda não tenha o seu, confira o passo a passo abaixo

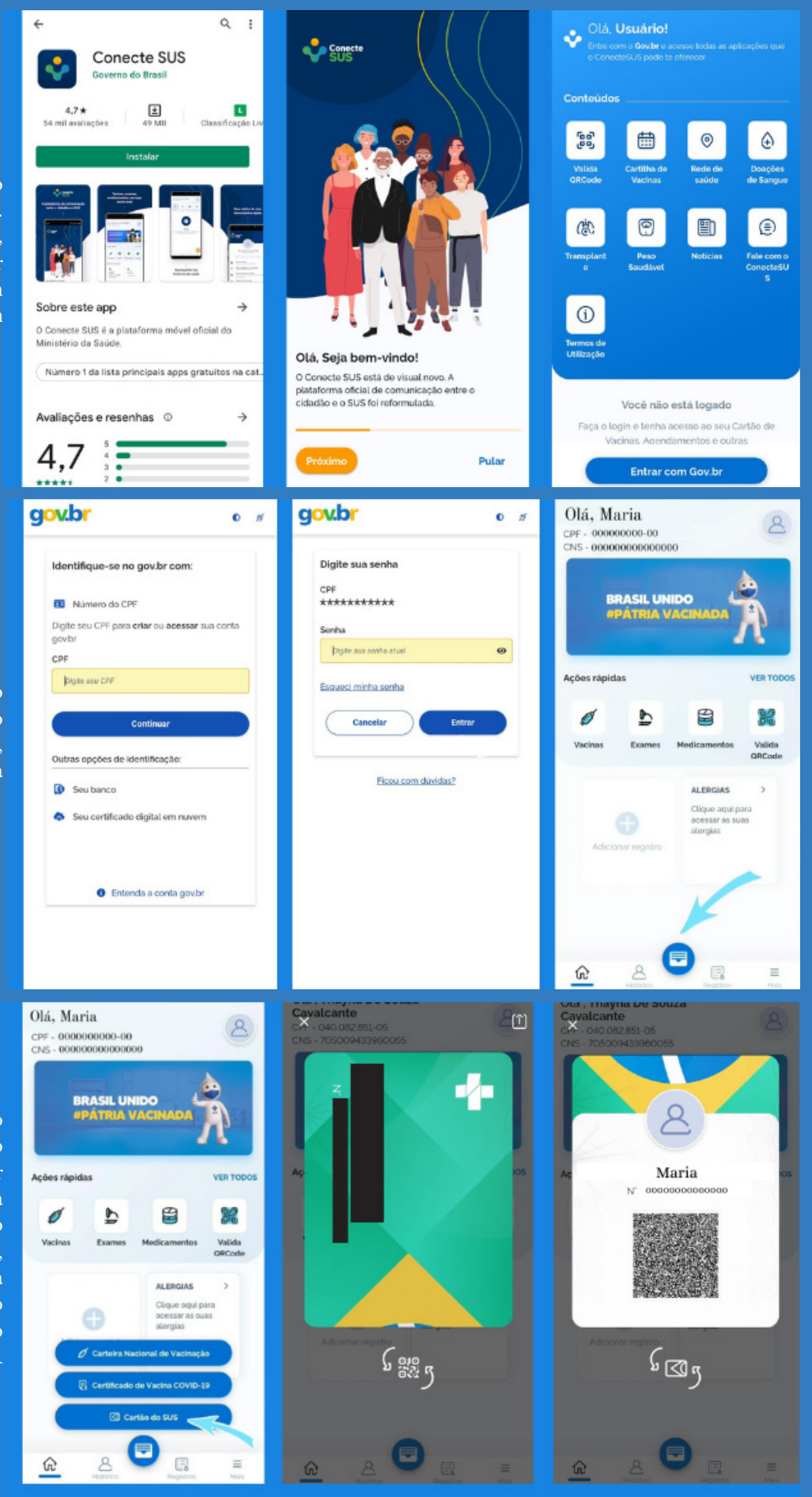
de como obter o seu cartão virtual por meio do aplicativo “Conecte SUS”. O mesmo procedimento pode ser utilizado no computador, no endereço <https://conectesus-paciente.saude.gov.br/>. Além de obter o cartão, no Conecte SUS os cidadãos gerenciam consultas, exames, medicamentos e vacinas.

Tutorial:

Passo 1. Baixe e instale o Conecte SUS em seu celular. Ao abri-lo pela primeira vez, clique em “Pular” para acessar a tela inicial do aplicativo. Em seguida, clique em “Entrar com Gov.br”

Passo 2. Agora, entre com o seu número de CPF e senha do Gov.br. Clique no ícone azul, na parte inferior da tela para acessar o seu cartão SUS.

Passo 3. Toque sobre o botão Cartão SUS para acessar o seu cartão. Se quiser salvar em sua galeria de fotos, basta clicar no ícone de envio, no canto superior direito da tela, e encaminhar o arquivo via e-mail ou outro aplicativo disponível. Na mesma tela do cartão, é possível acessar o QR Code com os dados do cartão.



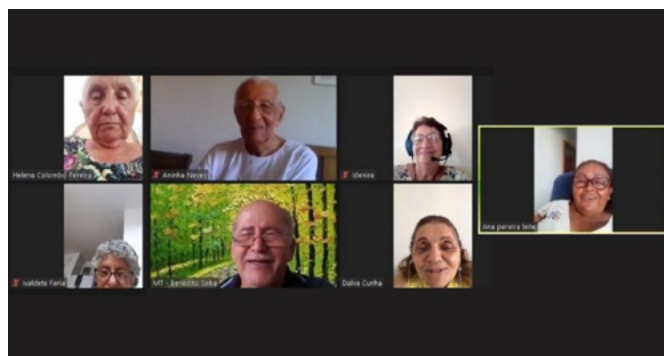
Estaduais

ANFIP Mato Grosso elege novo representante

Foi realizada na quinta-feira (25/11) a eleição do novo representante da Estadual da ANFIP no Mato Grosso (ANFIP-MT). Eleito por unanimidade, Benedito Cerqueira Seba assume o mandato para o biênio 2022-2023.

Como suplentes, foram eleitas Ivana Maria Fernandes e Dalva Luíza da Cunha.

Benedito Seba, que atualmente ocupa a vice-presidência de Comunicação Social da ANFIP, comentou sobre os projetos de inovação implementados na Entidade e agradeceu a participação de todos na eleição da Estadual, que aconteceu pela primeira vez de forma virtual.



ANFIP marca presença em confraternização da Agafisp

A Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, realizou Confraternização de Fim de Ano na sexta-feira (19/11). O evento ocorreu no Sogipa e reuniu associados, familiares e amigos para um momento de reencontro e descontração. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, esteve presente e parabenizou a Agafisp, na pessoa do presidente Luiz Carlos Santos da Silva, pelo grandioso evento.



ANFIP-SC participa da posse do novo delegado da RFB em Florianópolis

O vice-presidente da ANFIP Santa Catarina (ANFIP-SC), Floriano José Martins, participou na terça-feira (23/11) da posse do novo delegado da Receita Federal do Brasil, em Florianópolis, Auditor Fiscal Daniel Carlos.

A posse ocorreu no auditório da DRF, com a presença da superintendente da 9ª Região Fiscal, Cláudia Regina Leão do Nascimento Thomaz, e foi transmitida pela internet para os Auditores Fiscais e demais servidores da Superintendência da RFB.

Floriano Martins, em nome da ANFIP-SC, parabenizou o novo delegado, desejando-lhe sucesso em sua gestão e



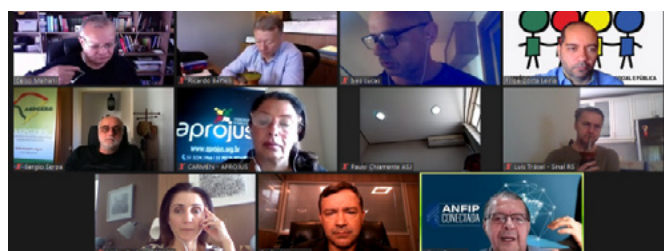
agradeceu o trabalho realizado pelo, agora, ex-delegado, o colega Saulo Figueiredo Pereira.

Frente Gaúcha avalia mobilizações em defesa do serviço público

A Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público realizou reunião em plataforma virtual, na segunda-feira (22/11), para analisar as ações e as mobilizações em torno da Reforma Administrativa (PEC 32/20). Representando a ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Também estiveram presentes como convidados, pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o presidente Rudinei Marques e o vice-presidente Ladimir Rocha.

Os dirigentes deliberaram sobre a continuidade das mobilizações junto aos parlamentares riograndenses, além de apoio às atividades realizadas em Brasília, em especial as que acontecem no aeroporto da capital federal e no Anexo II da Câmara dos Deputados, envidando todos os esforços para que



a Reforma Administrativa não entre na pauta de votação do Plenário da Casa.

Outro tema que as entidades demonstraram preocupação foi a PEC dos Precatórios (PEC 23/21), aprovada pela Câmara dos Deputados e, agora, em análise no Senado Federal. A ideia é apresentar alternativas ao texto, por meio de emendas, e evitar prejuízos aos servidores.